

REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA: RETÓRICA DA ALTERIDADE, DOMESTICAÇÃO DA EXISTÊNCIA.

Felipe Charbel Teixeira – mestrando em História Social da Cultura / PUC-RJ.*

“Essa inversão das relações e ligações – que o pensar distancie o próximo, isto é, se retire do próximo, e aproxime o distante – é decisiva para nos esclarecer sobre a morada do pensar”. (Hannah Arendt. “Martin Heidegger faz oitenta anos”).¹

Este texto trata do conceito de *representação histórica*. Partindo da proposição de François Hartog de que esta se constitui enquanto *retórica da alteridade* – dizer o outro o enunciando em sua diferença,² “fazer ver” para assim “fazer crer” – direciono o olhar para um segundo elemento que, a meu ver, se faz inseparável de qualquer discurso de alteridade: a *domesticação da existência*.

Ainda que elementos de tradução estejam diretamente ligados ao *falar o outro*, o *texto-história* caracteriza-se exatamente pela ocultação dos aspectos domesticadores: as estratégias narrativas que objetivam traduções – analogias, comparações, inversões, etc. – não são apresentadas pelo historiador na qualidade de artefatos estruturantes. Assim, o discurso de alteridade se fundamenta na busca do dizer o outro em seus próprios motivos e/ou por meio de significados ocultos: “O *histor* será aquele que, formulando o julgamento ‘mais reto’, porá fim à querela somente por sua palavra”.³ Exigência de “retidão” que não suporta *traduções-traições*. De tal modo, o texto-história – na condição de relato, julgamento ou exemplo – pode ser caracterizado como *re-presentificação* – translação de *A* para *B*, sendo *A* uma certa cultura ou um recorte temporal diferente daquele vivido pelo historiador, e *B* a cultura ou o tempo de quem narra, com *B* se colocando em posição de afastamento em relação a *A*. O tipo de re-presentificação que caracteriza precisamente o campo discursivo da história tem seu espaço na idéia de falar o *outro do tempo* e o *outro do espaço*, o que leva à asserção: a representação histórica se faz como *retórica da alteridade*, que toma corpo no texto-história, apresentado de maneira geral como narrativa.⁴

Procuo, neste texto, apresentar o contraponto necessário a este entendimento, não para negá-lo, mas para trazer ao centro da reflexão o elemento oculto – a domesticação da existência – que se conecta a toda retórica da alteridade. Ao mesmo tempo em que se põe a *falar o outro* e o particular, a história não pode escapar aos limites da tradução: o “fazer ver” funda-se necessariamente como apresentação narrativa elaborada segundo o juízo de quem tece o *texto-história*.

Representação: falar o outro, traduzir a diferença.

Feitas estas considerações, passarei ao elemento oculto do texto-história. Para tanto, torna-se necessário estabelecer pontos de partida, questões capazes de nortear as exposições que se seguem. Existem dois tipos de elementos domesticadores suscitados pelo conceito de representação histórica; ambas questões se ligam ao estreito vínculo entre retórica da alteridade e domesticação da existência, e se complementam. Em primeiro lugar, trata-se da inscrição do “mundo que se conta no mundo em que se conta”⁵, o que chamo de *questão cultural de tradução*. Em *O espelho de Heródoto*, François Hartog debate o problema da tradução, ao enfatizar a importância de certas estratégias narrativas utilizadas no texto histórico, com vistas à inscrição de uma cultura em outra, na forma de texto.⁶ Por meio da análise dos possíveis *efeitos* do texto nos leitores, o autor francês trata destes procedimentos aproximadores, fundamentais para a construção de discursos de alteridade – inversões, analogias, comparações, recursos ao maravilhoso, etc. Para inscrever o outro na cultura que se fala é preciso recorrer aos artifícios citados, o que conduz ao segundo ponto em questão, que diz respeito à *constituição da narrativa histórica*, mais precisamente à *adequação da simultaneidade da existência à sucessão do relato*.

Em certa passagem de *O Aleph*, Borges reflete acerca das dificuldades de elaborar um texto que queira abarcar as diversas “cores” da existência. Este trecho pode ser bastante esclarecedor para aqueles que se preocupam com a qualidade-traição de toda narrativa do real:

*“Chego, agora, ao inefável centro do meu relato; começa aqui meu desespero de escritor. Toda linguagem é um alfabeto de símbolos cujo exercício pressupõe um passado que os interlocutores compartilham; como transmitir aos outros o infinito Aleph, que minha temerosa memória mal e mal abarca? (...) O que viram meus olhos foi simultâneo; o que transcreverei, sucessivo. Pois a linguagem o é. Algo, entretanto, registrarei.”*⁷

O desespero do narrador se dá no cruzamento do olhar com a linguagem. Menos chocante que a percepção de um pequeno ponto que abarca todo o espaço é a impossibilidade de tornar sucessivo o simultâneo; daí a consideração: qualquer narrativa da existência se constitui por meio de uma qualidade-traição. O que espanta o olhar define a desgraça do narrador; ao mesmo tempo, possibilita o desafio – “algo, entretanto, registrarei” – de beirar a existência com artefatos inadequados ao seu relato, impróprios por remeterem, na condição de signos, ao que não encontra referente na linguagem. Pode-se dizer que o olhar para o maravilhoso impõe limites, suspende a

representação; porém seria válido questionar se o próprio relato como tal, enquanto narrativa da existência, não expõe a qualidade-traição inerente ao texto que se propõe *representar*.

Os problema oriundos do *tornar sucessivo o simultâneo* passam pela própria (in)adequação da existência ao relato. Um elemento de domesticação parece constituir toda representação do real: no procedimento de transformar sincronia em diacronia, aquele que relata induz uma apropriação do simplesmente único a um conjunto de referências precedentes, o “passado que os interlocutores compartilham”, nas palavras de Borges. Assim, toda representação remete a uma anterioridade – a linguagem – que atualiza e possibilita o desfecho do representar, não se fechando no relato, mas na assimilação deste pelo leitor.

Situar o problema da representação como simultânea retórica da alteridade e domesticação da existência implica pensar a própria natureza do relato histórico, trazendo para o primeiro plano – o plano da reflexão – o “desespero do escritor”, a que Borges se refere. Todo relato histórico possui uma qualidade-traição, que se exprime na tentativa de tradução do real como texto que o represente. O maravilhoso – no texto de Borges, a esfera infinita de três centímetros de diâmetro – expõe o limite que, na verdade, não constitui condição de exceção, e sim de produção: a *domesticação operada por uma retórica da diferença, que se dá não somente no relato do “outro”, mas também no relato de si*. O olhar para o passado comporta muitas vezes mais surpresas que identidades; ao tornarem-se *história*, as surpresas transfiguram-se em re-presentificações, atualizações que, se não se encontram “fora do lugar”, também não estão devidamente “localizadas”; indicam ao menos o lugar do leitor e de quem relata. Representar a existência: traduzir o diferente, atualizar a presença na traição do relato.

A “cruzadas” em defesa do real: o “distanciamento indistanciado”.

Da forma que é comumente tratada, contudo, a questão da representação apresenta-se mais como “cruzada epistemológica” em defesa do “real” que propriamente enquanto debate acerca de questões aventadas pela crítica filosófica e literária contemporâneas. Se, até o momento, a questão da representação vêm sendo discutida neste trabalho em sua dupla acepção – retórica da alteridade e domesticação da existência – que se originam já a partir de concepções não objetivistas ou relativistas do conhecimento histórico, percebo a necessidade de uma suspensão momentânea destas considerações para que se analise a abordagem do problema na historiografia contemporânea. Isto para que, no próximo item, ao discutir a obra de LaCapra, possa retornar ao eixo central que vem conduzindo este trabalho.⁸

Se a imagem de que *representação* equivale a uma “construção humana equivalente a algo prévio a ela, constituindo uma espécie de *maquette* do mundo externo”⁹ já não é unanimidade entre

os historiadores, seu oposto, a saber, a representação como *hipertrofia do sujeito*,¹⁰ tampouco é bem quista. Estes dois limites – representação que se confunde com a própria realidade representada e representação como definidora do representado – ainda dominam o ambiente crítico acerca desta questão. De uma forma geral, os “historiadores de profissão” se apresentam como “defensores conscientes” da realidade histórica contra o irracionalismo pós-moderno, que tenderia a igualar a história ao texto literário. Assim, sustentam o ponto de vista da representação não como *retórica* da alteridade, mas como *discurso científico* de alteridade. Certamente, o entendimento destes autores – e aqui destaco Carlo Guizburg, Roger Chartir, Pierre Vidal-Naquet –¹¹ se distancia da famosa proposta de Ranke de “chegar ao passado como efetivamente aconteceu”; pode ser caracterizada como uma *representação ciente dos complexos limites entre sujeito e objeto, das linhas de força estabelecidas de um para o outro*. O historiador teria acesso às realidades passadas através de vestígios, que propiciariam a constituição do conhecimento histórico; ainda que sua aproximação seja ciente de certos limites, não isenta e parcial, ela se sabe assim. E é exatamente por essa razão que o historiador deve ter como propósito um judicioso “distanciamento indistanciado” em relação ao seu objeto de análise: a objetividade é uma meta inatingível, porém ainda é a meta a ser atingida; nega-se o princípio da neutralidade, mantendo-se os princípios da objetividade. Essa talvez seja a contradição mais “negociada” da historiografia contemporânea – cujas feridas foram expostas por Weber, Foucault e de Certeau – que por sua vez procura conviver da melhor forma possível com a dúvida: como ser objetivo sem ser neutro? Como *representar sem modificar* a realidade passada? As respostas a estas questões centram-se mais em novas proposições metodológicas que propriamente nos limites epistemológicos expostos. Ginzburg e seu “paradigma indiciário”, Skinner e o “contextualismo lingüístico”, a “micro-história” de Levi e os “jogos de escala” de Revel: todos diferentes, todos iguais em seus objetivos centrais de representar o real em seus motivos, estruturas ou ordenamentos.

Assim, o debate acerca da representação histórica acaba adquirindo um caráter “cruzadístico”: trata-se mais da elaboração de novas metodologias que visam a um aperfeiçoamento na apreensão do real, ainda que não em sua totalidade – e sem neutralidade – que propriamente de considerações teóricas acerca dos limites, possibilidades e estatutos do *representar*. A resposta da disciplina histórica mantém seu padrão: aperfeiçoamento do método-crítico, com o cuidado de evitar absolutizações. “Historiadores de profissão” – baseados em uma concepção “objetivista” de representação – se põe, por meio das inovações metodológicas, a “salvar” o seu objeto de estudo – o passado – vilipendiado pelos pós-modernos.

Pode-se conceber a questão da representação fora destes limites? Para tanto, faz-se necessário pensar a história para além das amarras do objetivismo ou do relativismo. Ao considerar a representação histórica com um *falar o outro que se constitui a partir de uma qualidade-traição*,

proponho um caminho diferenciado de reflexão acerca do problema. Não que apresente aqui uma nova abertura; trata-se apenas de visitar uma tradição pouco observada no campo da disciplina histórica: a dos estudos hermenêuticos. Seria necessário debater este “caminho do pensar” – recorrendo a autores como Dilthey, Heidegger, Gadamer, Habermas e Derrida – o que não é possível neste espaço. Todavia, a obra de Dominick LaCapra incorpora muitas das discussões destes autores, e ainda que não debata especificamente a questão da representação, os problemas aventados por seus textos dizem respeito diretamente aos problemas da alteridade e da domesticação no texto-história. Neste sentido, enfatizo o conceito de *transferência*, incorporado pelo historiador norte-americano a partir de sua leitura de Freud, fundamental, na minha concepção, para o entendimento do “lugar da história” como “lugar da crítica” e do “falar o outro” que se reconhece enquanto tradução. Menos por adotar uma postura de *tertius* que propriamente por conceber de forma diferenciada a natureza da escrita da história, suas reflexões trazem nova luz à historiografia contemporânea.

LaCapra e o conceito de “transferência”.

Em “Rethinking Intellectual History and Reading Texts”, Dominick LaCapra reconhece suas principais ligações intelectuais: Heidegger, Derrida, Nietzsche, e, em menor escala Gadamer, o que não deixa de ser estranho para alguém que se ocupa da disciplina histórica. Se é certo que, nas últimas décadas, houve uma profunda aproximação desta em relação às ciências sociais e sobretudo à antropologia, não se pode dizer o mesmo no que concerne à filosofia e à crítica literária.¹² A própria divisão entre “história” e “meta-história” parece indicar a existência de duas áreas distintas: de um lado, estariam aqueles preocupados com teoria da história; de outros, os “historiadores de profissão”, cujas “inovações metodológicas” formam o principal conjunto de preocupações, em detrimento de reflexões acerca da escrita da história. LaCapra se define como historiador, cuja área de atuação é a “história intelectual”. Seu objetivo central está na leitura e interpretação de textos complexos.¹³ Para tanto, distancia-se tanto de uma história das idéias “à Lovejoy” quanto de um “contextualismo absolutizante”; de tal modo, LaCapra procura fazer valer uma noção ampliada de contexto(s): intenções, motivos, vida, sociedade, cultura e obra do autor: todos estes são aspectos da complexidade da existência, e que entram em jogo tanto na elaboração de um texto como em sua interpretação. “What does a less reductive, normalizing, or harmonizing mode of interpretation require of the reader?”:¹⁴ esta parece ser sua questão central, o ponto de partida de suas análises. Na busca da sinuosidade dos textos, LaCapra estabelece criteriosa relação com a filosofia, a crítica literária e a psicanálise; se uma obra envolve dimensões tão amplas, que vão da intenção do autor à sua cultura, como analisá-las, entendê-las, passando ao largo das pesquisas oriundas destas áreas?

Uma das principais objeções que LaCapra faz à historiografia é o distanciamento em relação à certos campos de conhecimento: “I continue to believe that historians have much to learn from disciplines such as literary criticism and philosophy where debates over the nature of interpretation have been particularly lively in the recent past”.¹⁵ Em seu ponto de vista, a relação da história com estas disciplinas deve ir além do seu entendimento como um “repositório neopositivista de fatos”, o que o leva a uma condenação importante das concepções “objetivistas” do conhecimento histórico. Ainda que, em sua visão, a história-disciplina tenha passado por diversas mudanças – sobretudo a partir da escola dos *Analles* na França, do contextualismo lingüístico de Skinner, do “renascimento da narrativa” e da “micro-história” – ainda prevaleceria entre os historiadores, segundo LaCapra, o entendimento de que a linguagem se constitui como “meio transparente” pelo qual se pode “olhar através”.¹⁶ Isto porque a historiografia incorporaria o debate de outros campos do conhecimento sem, contudo, abordá-los criticamente. Desta forma, não se trata apenas de trazer estes campos para os domínios da história. Nas palavras do autor, “with the turn to language (or, more generally, signifying practices), an entire research paradigm may in certain ways be placed in question”.¹⁷ Ou seja: está em jogo uma mudança radical de postura, que visa ao abandono do paradigma “documentalista” na escrita da história. Não é o caso, porém, de adotar uma postura relativista: todo texto possui uma dupla dimensão, documental e “performativa” (*worklike*).¹⁸ O aspecto documental é o que impede a “apropriação” do texto em uma livre interpretação, em uma transferência total do analista para seu “objeto”.

Assim, segundo LaCapra, a história-disciplina deve postular uma postura crítica que, ao mesmo tempo que não se distancie totalmente daquilo que pretende estudar, não se constitua como mera depositária dos anseios do historiador:

“Rather, our perspective would be transformed: the constitutive place of the historian in the research project would be recognized and objectivity seen not as the simple opposite of subjectivity but as a tenuous yet valuable goal of a process of elaborating a range of subject-positions (for example, those of researcher, reader, and theorist or intellectual) by negotiating ‘transfereential’ relations in a critical and self-critical manner”. (Dominick LaCapra. “History, Reading and Critical Theory”)¹⁹

Nesta passagem, LaCapra aborda a questão da *transferência*, que pode ser, segundo o autor, de dois tipos: no primeiro caso, o historiador deixaria de lado o olhar crítico em direção ao passado e assumiria uma postura de identificação, problemática por (a) admitir que se torna possível constituir uma “ponte” entre presente-passado, descartando as zonas de esquecimento e lembrança, o

que leva a (b) uma impossibilidade de reflexão crítica da parte do historiador.²⁰ O que se apresenta aqui é a própria ausência de representação, pois que há uma tentativa de trazer o passado para o presente em suas dores e sofrimentos, em toda sua diferença; a retórica da alteridade se impõe totalmente à domesticação. O segundo tipo de transferência consiste em “temptation to assert full control over the ‘object’ of study through ideologically suspect procedures that may be related to the phenomenon Freud discussed as ‘narcissism’ (...) it is active in the speculative effort to elaborate a fully unified perspective, and its self-regarding ‘purity’ entails the exorcistic scapegoating of the ‘other’ that is always to some extent within”.²¹ Trata-se de uma completa domesticação das particularidades do que se pretende estudar, em nome de um discurso puro e neutro; a domesticação se impõe totalmente frente a retórica da alteridade (ainda que neste caso se pretenda falar do outro, mas se acabe falando apenas de si).

A transferência é um dado inevitável na escrita da história, e a consciência de sua presença pode incidir para uma própria revalorização da atividade histórica, do *hístora* a que Hartog se refere. A consciência de que a fabricação do texto-história implica procedimentos diversos de transferência pode ajudar a trazer para o primeiro plano o “eu” historiador. De modo que o texto-história se possa transmutar em *percurso do pensar*, que expõe a representação histórica em suas estratégias narrativas. Não mais se ocultam os procedimentos aproximadores: o texto-história se entende como ponto de vista que se expõe em seu próprio caminho de elaboração; assim, se apresenta como *lugar da crítica*. O que não implica objetividade, ou “distanciamento indistanciado”; o historiador se move dentro dos preconceitos. Isto Gadamer já afirmava – “se se quer fazer justiça ao modo de ser finito e histórico do homem, é necessário levar a cabo uma drástica reabilitação do conceito do preconceito e reconhecer que existem preconceitos legítimos”.²² O que o filósofo alemão não dizia é que a própria tradição constitui elemento a ser criticado. Na concepção gadameriana, a “fusão de horizontes” pode levar a uma imposição do elo mais forte – o horizonte presente – ao elo mais fraco – o passado – que não apresenta “resistências”. Para LaCapra, “the difficulty is to develop an exchange with the ‘other’ that is both sensitive to transferential displacement and open to the challenge of the other’s ‘voice’”.²³

Certamente, a preocupação com a diferença deve ocupar um primeiro plano no texto-história; não se trata, todavia, de pensar a relação com o passado em sua alteridade absoluta. Heidegger e Gadamer há muito alertavam para isto, para os equívocos de uma concepção “científica” de representação, que acaba por levar a uma domesticação total do outro do tempo e do outro do espaço. A grande contribuição de LaCapra para o debate acerca da representação histórica está na idéia de que o discurso sobre o outro não pode existir sem uma necessária transferência.

Voltando ao trecho de Borges, citado em momento anterior, “o que viram meus olhos foi simultâneo; o que transcreverei, sucessivo. Pois a linguagem o é. Algo, entretanto, registrarei.”

“Registrar algo”, exatamente o que pode sobreviver ao “desespero do escritor”, analisar criticamente e sobretudo, entender-se como tecelão do texto-história, posicionar-se dentro do texto,²⁴ trazer o “eu” para a linha de frente argumentativa, de modo que retórica da alteridade e domesticação da existência possam se encontrar em um possível equilíbrio.

* O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq-Brasil.

¹ Hannah Arendt. “Martin Heidegger faz oitenta anos”. In: *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 287-8.

² François Hartog. *O espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 229.

³ *Ibid.*, p. 23.

⁴ Para Hayden White, nem todas as obras históricas se apresentam na forma de narrativa: “historians do not have to report their truths about the real world in narrative form. They may choose other, nonnarrative, even antinarrative models of representation, such as the meditation, the anatomy, or the epitome. Tocqueville, Burckhardt, Huizinga, and Braudel, to mention only the most notable masters of modern historiography, refused narrative in certain of their historiographical works, presumably on the assumption that the meaning of the events which they wished to deal did not lend itself to representation in the narrative mode. (...) And their example permits us to distinguish between a historical discourse that openly adopts a perspective that narrativizes, between a discourse that openly adopts a perspective that looks out on the world and reports it and a discourse that feigns to make the world speak itself and speak itself as story”. “The value of narrativity in the representation of reality”. In: *The content of the form*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1987, p.2.

⁵ François Hartog. *Op. Cit.*, p. 229.

⁶ Hartog enumera algumas estratégias narrativas do discurso histórico: inversão (apresenta-se o diferente como inverso de algo que seja próprio); comparações classificatórias (marcar semelhanças para assinalar desvios); medidas do “maravilhoso” (*thôma*) que marcam o que não possui similaridade; nomeações, etc. *Op. Cit.*, pp. 229-271.

⁷ Jorge Luis Borges. “O Aleph”. In: *o Aleph*. São Paulo: Globo, 2001, p. 169.

⁸ Um excelente texto acerca da questão da representação histórica é o artigo de Francisco Falcon. “História e Representação”. In: *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. ORG: CARDOSO, Ciro e MALERBA, Jurandir. São Paulo: Papirus, 2000.

⁹ Luiz Costa Lima. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 230.

¹⁰ Cf. Phillipe Boutry. “Certezas e Descaminhos da Razão Histórica”. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados Reconstituídos. Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1998.

¹¹ Sigo aqui a interpretação de Francisco Falcon acerca da idéia de representação nestes autores. *Op. Cit.*, pp. 58-60.

¹² “At present, historians are quite willing to listen to neighbors in the social sciences, but the less manageable contributions of literary critics and philosophers are often met with extreme suspicion if not active resistance”. Dominick LaCapra. “Is Everyone a *Mentalité* case? Transference and the ‘Culture’ Concept”. In: *History & Criticism*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1985, p. 73.

¹³ Dominick LaCapra. “Rethinking Intellectual History and Reading Texts”. In: *Rethinking Intellectual History: texts, contexts, language*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1982, p. 25.

¹⁴ *Ibid.*, p. 29.

¹⁵ Dominick La Capra. “Introduction”. In: *History & Criticism*. *Op. cit.*, p. 9-10.

¹⁶ Dominick LaCapra. “History, Reading and Critical Theory”. In: *History and Reading: Tocqueville, Foucault, French Studies*. Toronto and Buffalo and London: University of Toronto Press, 2000, p. 22.

¹⁷ *Idem.*

¹⁸ Dominick LaCapra. “Rethinking...”. *Op. cit.*, p. 30.

¹⁹ Dominick LaCapra. “History, Reading and Critical Theory”. *Op. cit.*, p. 26.

²⁰ Cf. Dominick LaCapra. “Lanzmann’s *Shoah*: ‘Here there is no why’”. In: *History and memory after Auschwitz*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1998, p. 133.

²¹ Cf. Dominick LaCapra. “Is Everyone...”. *Op. cit.*, p. 72.

²² Hans-Georg Gadamer. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 416.

²³ Cf. Dominick LaCapra. “Is Everyone...”. *Op. cit.*, pp. 72-3.

²⁴ Neste sentido, afirma Saul Friedlander: “Whether... commentary is built into the narrative structure of a history or developed as a separate, superimposed text is a matter of choice, but the voice of the commentator must be clearly heard. The commentary should disrupt the facile linear progression of the narration, introduce alternative interpretations, question any partial conclusion, withstand the need for closure.” In: *Memory, history and the Etermination of the Jews of Europe*. Apud. Dominick LaCapra. “Lanzmann’s *Shoah*. ‘Here there is no why’”. In: *History and memory after Auschwitz*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1998...”. *Op. cit.*, p. 107.